

Karina Emanuelle Rodrigues Silvestre
Keila Santos Sá Moraes
Liliane de Andrade Vilhena

**MULHERES VÍTIMAS DE ESCALPELAMENTO NO ESTADO DO
AMAPÁ: PERCORRENDO A HISTÓRIA E DESCOBRINDO AS
CONQUISTAS**

Universidade Federal do Amapá
Macapá
2011

Karina Emanuelle Rodrigues Silvestre
Keila Santos Sá Moraes
Liliane de Andrade Vilhena

**MULHERES VÍTIMAS DE ESCALPELAMENTO NO ESTADO DO
AMAPÁ: PERCORRENDO A HISTÓRIA E DESCOBRINDO AS
CONQUISTAS**

Artigo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá, como parte das exigências para a obtenção do título de Graduado em Ciências Sociais, orientado pelo Professor Msc. Luciano Magnus de Araújo.

Universidade Federal do Amapá
Macapá
2011

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	4
RESUMO.....	5
ABSTRACT.....	5
APRESENTAÇÃO.....	6
INTRODUÇÃO.....	7
O problema do escalpelamento na Amazônia.....	8
Mulher Vítima de Escalpelamento, Aparência e os Estigmas Sociais.....	10
Movimento de lutas das mulheres vítimas do escalpelamento no estado do Amapá.....	13
Construindo a história e tecendo as conquistas.....	16
RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	20
CONCLUSÕES.....	23
REFERÊNCIAS.....	24
ANEXOS.....	26

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus

Aos nossos familiares, Karla Gabriela, Karolyne Vanessa, Eyder Ferreira, pelo apoio, conselhos e sugestões, em especial nossos pais, Maria do Carmo e José Marcio, Ademar Sá Moraes e Neuzarina, por acreditarem em nosso potencial e estarem sempre presentes para que pudéssemos superar os obstáculos

As nossas amigas, Heidy Suelem, pela amizade e companheirismo, pela ajuda e estímulo, Carla Sabrina pela ajuda preciosa na construção deste trabalho

As mulheres da Associação, por aceitarem participar neste estudo, sem elas não seria possível atingir o nível de reflexão a que alcançamos

Ao Professor Mestre Luciano Magnus, nosso orientador, pelas sugestões, dedicação e colaboração no desenvolvimento de nossas idéias

E a todos os amigos que se fizeram presente ao longo de nossa história. Nossos agradecimentos!

RESUMO

O presente artigo aborda a iniciativa de mulheres vítimas de escalpelamento no Estado do Amapá que se sentiram discriminadas e desamparadas no processo de inclusão social, pois mediante o acidente, tiveram que conviver com uma nova realidade pautada no preconceito, estigmas e exclusão. O artigo ainda ressalta o problema que o ribeirão enfrenta com o escalpelamento e as iniciativas de diminuir o número de acidentes, além de mostrar a falta de políticas públicas para atender as vítimas. É nesse processo de inquietações que surge a Associação de Mulheres Ribeirinhas e Vítimas de Escalpelamento da Amazônia (AMRVEA). Assim, pretende-se mostrar a trajetória de luta das mulheres escalpeladas e verificar de que forma a associação contribui para a qualidade de vida das mesmas.

PALAVRAS CHAVE: Mulher, Escalpelamento, Estigma, Associação, Políticas Públicas.

ABSTRAT

This article addresses the initiative of women victims of scalping in the State of Amapá who felt discriminated against and disadvantaged in the process of social inclusion, as by accident, had to live with a new reality ruled by prejudice, stigma and exclusion. The article also highlights the problem that faces the river with the scalping and initiatives to reduce the number of accidents as well as showing a lack of public policies to assist victims. It is this process that arises concerns the Associação das Mulheres Ribeirinhas e Vítimas de Escalpelamento da Amazônia (AMRVEA). We intend to show the trajectory of women's struggle scalped and check how the Association contributes to the quality of life for them.

KEY WORDS: Women, Scalping, Stigma, Association, Public Policy.

1 APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa parte do seguinte pressuposto: pelo fato do Estado do Amapá possuir um elevado índice de mulheres ribeirinhas vítimas de Escalpelamento, percebeu-se a necessidade de conhecer de perto o drama e o movimento de luta dessas mulheres. Para tanto, algumas indagações foram fundamentais para reflexão deste estudo como: de que forma surgiu a Associação? Quais as dificuldades encontradas para a concretização da mesma? Quais as lutas travadas? Quais as conquistas adquiridas nesse processo de inquietações? E, antes de tudo, como é viver sendo uma vítima de Escalpelamento?

Frente a esta situação, o objetivo da presente pesquisa é compreender todo o percurso histórico das vítimas de escalpelamento e qual o nível de influência da Associação das Mulheres Ribeirinhas e Vítimas do Escalpelamento da Amazônia - (AMRVEA) na vida das mesmas.

Tomando como referência empírica a referida Associação, optou-se por investigar a forma como esta contribui para a qualidade de vida de suas Associadas. Identificar possíveis conquistas e relacioná-las com a trajetória de lutas das mulheres vítimas de Escalpelamento.

O procedimento metodológico da abordagem do objeto de estudo deu-se por meio de observação, entrevista (direta e indireta) e conversas informais com as lideranças da Associação, mais precisamente com as Sras. Rosinete Rodrigues Serrão (presidente da Associação) e a Maria do Socorro Pelaes Damasceno (ex presidente da associação), além de entrevistas não dirigidas com agentes participantes direta e indiretamente deste processo, nos proporcionando informações referentes à história da associação e suas histórias de vida, possibilitando a estruturação da pesquisa e a concretização deste trabalho.

Nesse sentido, o Artigo traz como proposta, pesquisar a forma como as mulheres escalpeladas vem lutando para o reconhecimento de seu espaço, bem como identificar suas conquistas no cenário local e nacional.

“Não tem cura, é incurável a dor que a gente tem, não tem reparação que vai tornar a gente a ser igual como a gente foi um dia”.¹
Rosinete Serrão.

2 INTRODUÇÃO

No Brasil, grande parte da população sofre com a violação de seus direitos básicos, convivendo com questões de desigualdades, exclusão, injustiças sociais e ausência de políticas públicas, não desfrutando da cidadania plena, ou seja, vivendo em situação degradante no que se refere à qualidade de vida. A região norte, mais precisamente na Amazônia ribeirinha, não escapa a este fato, pois as dificuldades de quem lá residem são inúmeras que vai da precariedade da educação, saúde, assistência até os casos alarmantes de escarpelamento ocasionado pela falta de segurança nas embarcações.

O Escarpelamento é provocado pelo contato do cabelo das vítimas com o eixo do motor das embarcações, fazendo com que o couro cabeludo seja arrancado, além de orelhas, sobrancelhas e parte da pele do rosto e pescoço. Normalmente os acidentes ocorrem durante as viagens quando torna-se necessária a retirada do excesso de água das embarcações, tarefas frequentemente realizadas por mulheres e crianças (geralmente do sexo feminino), com o movimento do barco e a falta de atenção acabam sendo sugadas pelo eixo do motor.

Este acidente provoca graves consequências física, psicológica e social que as vítimas carregarão para o resto de suas vidas. Além disso, sofrem com o preconceito, exclusão do mercado de trabalho, depressão, até rompimentos amorosos, deixando nas vítimas um intenso quadro de dor e sofrimento. Dessa forma, é primordial buscar medidas de prevenção contra este acidente, erradicando este problema e evitando novas mutilações nas regiões ribeirinhas.

¹ Presidente da Associação de Mulheres Ribeirinhas e Vítimas de Escarpelamento – AMRVEA

3 O PROBLEMA DO ESCALPELAMENTO NA AMAZÔNIA

Na Amazônia, a maior floresta tropical do planeta, o principal meio de transporte dos ribeirinhos é o barco. A locomoção sempre ocorreu com a utilização de barcos movidos pelas forças dos braços, porém a partir da década de 60, as embarcações passaram a utilizar a força mecânica de um tipo de motor, que gerou facilidades, mas trouxe um enorme risco principalmente para crianças e mulheres que possuem cabelos longos, característica das mulheres da Amazônia.

Normalmente esses barcos não apresentam as condições necessárias de segurança, ocasionando assim, o contato do cabelo das vítimas com o eixo que transfere a força do motor para a hélice, provocando um acidente que gera sequelas para toda a vida dessas mulheres.

O mesmo não possui carenagem para os eixos, que gira em alta rotação e se estende até a hélice, sem qualquer tipo de proteção. Como o motor destas embarcações, na maioria das vezes, é deixado descoberto, se torna uma verdadeira “armadilha” para as pessoas que as utilizam, que no decorrer do trajeto que fazem, ficam suscetíveis à ocorrência de acidentes, entre eles o escalpelamento. (RIBEIRO, 2009, p. 34)

O Escalpelamento tem sido palco de grandes discussões, estima-se que ocorreram 1400 casos nos últimos sete anos² na Amazônia. Na verdade, esta estatística ainda é maior, pelo fato das vítimas não comunicarem por sentirem medo de que seus familiares, geralmente donos das embarcações (Pai, marido, irmão, tio) sofram algum tipo de punição.

Esta problemática está sendo intensificada consideravelmente nos Estados do Pará e Amapá, onde estão localizados os maiores índices desse tipo de acidente. Assim, logo surgiu a necessidade de construir espaços organizacionais para debate e possíveis soluções de problemas, visando ações que combatem o escalpelamento e, conseqüentemente à melhoria da qualidade de vida da região ribeirinha, temos como exemplos a Associação Sarapó (OSCIP) em Belém e a Associação de Mulheres Ribeirinhas e Vítimas de Escalpelamento da Amazônia (AMRVEA) com sede em Macapá.

O presidente da Associação Sarapó, Dr Claudio Brito, cirurgião plástico de cirurgia reparadora do HPSM, vendo o numero alarmante de pessoas acometidas com escalpelamento pois, de acordo com dados levantados pela OSCIP, no período de Janeiro de 2000 a Janeiro de 2003, houve 59 casos registrados nos Hospitais Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará

² Informações contidas no jornal O Porta voz. Boletim do mandato da Deputada Federal Janete Capiberibe (PSB/AP)

(FSCMPA), Hospital Pronto Socorro Municipal (HPSM) e Serviço de Arquivo Médico Estatístico (SAME), sendo 08 vítimas do sexo masculino e 51 do sexo feminino³, entendeu que já era necessário criar uma Organização não Governamental (ONG) capaz de ajudar as vítimas de escarpelamento e buscar medidas de prevenção, educação e erradicação deste acidente. Assim, a Associação, composta por médico, enfermeiros, psicólogos, Assistentes sociais e pedagogo, vem trabalhando no sentido de informar a sociedade sobre esta problemática e buscar formas para a reabilitação das vítimas.

Papel importante também exerce a Associação de Mulheres Ribeirinhas e Vítimas de Escarpelamento da Amazônia (AMRVEA) na divulgação e visibilidade do escarpelamento, a partir de sua criação, ações de caráter preventivo e reparatório estão sendo executadas, onde as vítimas passaram a ter acesso a direitos e benefícios que até então desconheciam. Vale ressaltar ainda que esta Associação busca melhores condições de vida para as vítimas, com o objetivo de devolver a estas a felicidade e a autoestima além de procurar medidas contra o preconceito e lutar por políticas públicas direcionadas para as vítimas de escarpelamento.

De acordo com Sizan Esberci, Assessor parlamentar da Deputada Federal Janete Capiberibe, no Estado do Amapá foi contabilizado 248 casos de escarpelamento de 2003 a 2010⁴. A partir dessa data quando intensificou um processo de lutas das mulheres vítimas de escarpelamento, nenhuma vítima foi registrada no Amapá, resultado de lutas dessas mulheres que saíram de seu estado de solidão, medo, depressão, para combater um problema que vitimou tantas mulheres e crianças.

É fundamental mostrar para a sociedade o problema que sofre o ribeirinho com o escarpelamento, já que este deixa ferida não apenas físicas, mas também na alma e autoestima de suas vítimas.

Segundo Voltolini (2005)

Esse tipo de acidente reforça a exclusão entre os já excluídos, tão dolorido quanto a perda total ou parcial do couro cabeludo, orelhas, sobrancelhas e pálpebras ou ainda a cegueira, conseqüências previsíveis do escarpelamento, é ter que cobrir, com bandagens e lenços, as feridas de uma mazela que destrói a auto-estima, nega o direito tão feminino à vaidade [...]

Diante desse quadro, a realidade apresentada tem ganhado destaque e visibilidade. Com isso, cresceu a consciência da sociedade e do poder público de que as embarcações, que

³ Dados coletado do trabalho **Geografia dos Transportes: Trajetos e Conflitos nos Percursos Fluviais da Amazônia Paraense: Um Estudo Sobre Acidentes em Embarcações**. Disponível em: <http://logisticatotal.com.br/files/monographs/94e092924a778d559845a54f9c287235.pdf>

⁴ Informações coletadas no site www.correaneto.com.br/site/?p=12915

circulam na Amazônia, não possuem equipamentos de proteção, provocando inúmeros acidentes.

4 MULHER VÍTIMA DE ESCALPELAMENTO, APARÊNCIA E OS ESTIGMAS SOCIAIS

O mundo da aparência apela, molda e estabelece fronteiras traçadas entre o normal e o patológico, aceito e discriminado, o ideal e fora dos padrões. Assim, o jogo de aparência tende a cultivar o corpo (beleza) e excluir, desumanizar, não aceitar as pessoas consideradas incomuns dentro dos atributos naturais.

Nesse contexto, o escalpelamento provoca um sentimento de não aceitabilidade e inferioridade frente às outras mulheres que possuem cabelo, para muitas delas, o cabelo representava a maior manifestação de autoestima, e isso acarreta em grandes efeitos na constituição da subjetividade feminina, tendo em vista que, agora, ao invés de longos cabelos, elas passam a apresentar cicatrizes, temendo não serem aceitas na sociedade e/ou amadas pelos parceiros.

Além disso, as vítimas de Escalpelamento se vêem diante de uma experiência traumática, necessitando de amparo médico, psicossocial e familiar, vale ressaltar, neste último, que alguns rompimentos amorosos ocorrem devido ao acidente, aumentando o quadro de sofrimento e angústia nas mulheres vítimas de escalpelamento.

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm possibilidade de serem neles encontrados. (GOFFMAN, 1988, p. 11 e 12)

É oportuna a colocação do autor acima citado, pois sabe-se que a sociedade Capitalista tem um jeito sutil de impor padrões (comum/diferente) e estereótipos a fim de elevar uns e minimizar outros. Assim, o escalpelamento gera o isolamento social, depressão, angústia, perda da razão de viver, pois as vítimas desse acidente sentem-se rejeitadas, oprimidas diante de uma sociedade onde o diferente nem sempre é aceito, ao invés disso, é discriminado.

Neste campo, tornar-se difícil uma vítima de escalpelamento restabelecer sua vida social. Primeiro por não se reconhecer, é como se tivesse perdido sua identidade, algo lhe fora

tirado, a simples atitude de se olhar no espelho representa um momento de dor e tristeza, uma vez que sua autoestima está profundamente abalada (não há identificação com a imagem apresentada ao espelho). Segundo, pelo fato de vivermos em uma sociedade perversa que desrespeita o ser humano impondo tipos ideais, indivíduos fora do padrão instituído sofrem por não se sentirem dentro dos parâmetros considerados normais e por sentirem olhares de desprezos e inferioridade dos que os cercam. Desse modo, a vítima de escarpelamento sofre preconceito por parte da Sociedade e, em alguns casos, a rejeição está presente também no ambiente familiar.

[...] A gente ia almoçar no restaurante (...), quando chegamos e sentamos, reparamos que o casal ao lado da nossa mesa tinha chamado o garçom, logo depois, o garçom veio e pediu para que a gente saísse de lá porque o casal estava incomodado com a nossa presença [...]. (Maria do Socorro, ex presidente da associação)

O preconceito com a mulher escarpelada está presente em vários setores da vida social e os reflexos disso acabam afetando os demais membros de sua família. A Sra. Maria do Socorro, ex presidente da associação, lembra muito bem disso.

[...] Minha filha sofreu muito com o preconceito na escola por conta do meu escarpelamento e isso acabou prejudicando ela nos estudos, eu evitava muito ir nas reuniões, depois eu decidi mudar isso, passei a dar palestras nas escolas para informar as pessoas sobre escarpelamento[...].

É preciso ainda lembrar as dificuldades encontradas pelas vítimas para conseguirem ser inseridas no mercado de trabalho, já que o Capitalismo, reprodutor das desigualdades sociais, é um sistema extremamente excludente e parte sempre da ótica da “boa aparência”, sem contar que as vítimas, por conta do acidente, tornam-se mais sensíveis e com frequentes dores de cabeça, portanto o esforço físico deve ser limitado. Dessa maneira, as vítimas tornam-se invisíveis e desinteressantes para o modelo globalizado. Nesse sentido, o desemprego ainda é um grande problema na vida das mulheres vítimas de escarpelamento.

[...] Eles não querem saber de qualificação, tem que ser bonito, tem que ter um rosto bonito, a idéia do empresário é que a mulher tem que ter um rosto bonito, só serve para vender carro, cerveja, moto, não precisa ser inteligente, tem que ser bonita, temos pessoas qualificadas. [...]. (Maria do Socorro, ex presidente da Associação).

Para a presidente da Associação Sra. Rosinete, as vítimas precisam receber uma aposentadoria vitalícia que, segundo ela, tornaria a vida delas mais fácil. As mulheres vítimas de escalpelamento não conseguem emprego, uma boa parte delas deixou de estudar ainda criança, logo após o acidente, devido às constantes dores de cabeça e preconceito no ambiente escolar. No entanto, há duas mulheres associadas que alcançaram uma formação superior, mas estão desempregadas.

Isso demonstra os estigmas na esfera profissional, pois, partindo da premissa capitalista, não basta apenas possuir uma formação superior. O indivíduo deve ser dono de um jogo de atributos que inclui também a aparência, ainda mais quando se trata da figura da mulher, sendo esta sempre relacionada à cultura da beleza.

No nosso tempo, as mulheres dos anúncios publicitários e das capas de revistas padronizam o ideal de beleza feminina que é desejado pelos homens e almejado pelas mulheres. O estereótipo de beleza da mulher está na mídia, está nos locais de trabalho [...] (SECO e NEVES, 2001)

Outro ponto importante a ser levantado refere-se ao tratamento e suas implicações psicossociais nas vítimas. Isto é, o tratamento pode durar anos e, geralmente as vítimas são submetidas a inúmeras cirurgias e a recuperação é extremamente dolorosa. O custo do tratamento é alto e o SUS- Sistema Único de Saúde não consegue atender a todos os custos. Além da inexistência de um atendimento mais especializado, é necessário também um processo de acompanhamento que envolve vários profissionais para atender as vítimas, já que o escalpelamento não se limita em apenas sequelas físicas, mas também psicológica, afetando o ego e a autoestima de suas vítimas.

Conforme destacou Silva (2007)⁵

Faltam equipamentos e medicamentos para cirurgias e há ausência de acompanhamento psicológico, pois é inexistente no SUS. Muitas famílias chegam a passar fome, pois não podem trabalhar para ficar com a criança 24h. Além disso, o tratamento tem um custo alto. A cirurgia é de alta complexidade. Apesar de todos esses riscos, o governo não faz um programa de prevenção. Grande parte da população é analfabeta, o que dificulta ainda mais o acesso a informação. O pior de tudo é que as vítimas ainda convivem com o preconceito. Quando conseguem ir para a cidade procurar tratamento, dificilmente conseguem hospedagem.

Essas condições que cercam a mulher vítima de escalpelamento acabam por influenciar demasiadamente em toda sua vida social. Não é fácil lidar com as situações

⁵ Entrevista com Cláudio Cavalcante da Silva, integrante do Centro de Voluntariado da Amazônia. Disponível em: <http://portalamazonia.globo.com/new-structure/view/scripts/noticias/noticia.php?id=52037>

diversas de preconceito, sensação de inferioridade e não aceitação. É fundamental que olhemos a vítima de escalpelamento não somente em seus aspectos superficiais, é preciso que a sociedade conheça de perto o drama das mulheres que sofrem esse acidente, ouvir a voz daqueles que, por muito tempo, foram esquecidos na Amazônia.

O estudo proposto segue nesse sentido, para mostrar a realidade social das mulheres que sofrem com o escalpelamento e como as mesmas encaram a sociedade e os seus estigmas sociais.

[...] A gente não quis ser assim, a gente não nasceu assim. [...] (Maria do Socorro, ex Presidente da Associação).

5 MOVIMENTO DE LUTAS DAS MULHERES VÍTIMAS DO ESCALPELAMENTO NO ESTADO DO AMAPÁ

Como há um alto índice de pobreza nas áreas ribeirinhas do Amapá, as crianças contribuem no rendimento familiar e a embarcação representa o principal transporte e meio de vida da região ribeirinha, colaborando para grande incidência de Escalpelamento com crianças geralmente do sexo feminino. Muitas crianças, devido ao acidente, deixam de estudar, sofrem preconceito, isolam-se da sociedade, muitas delas crescem carregando estes estigmas infiltrados na sociedade.

Segundo Silva, “Somente no Amapá nos últimos 20 anos, 200 mulheres já foram escalpeladas, principalmente crianças em idade de 6 a 10 anos⁶”. Nota-se que o escalpelamento não é um fenômeno recente, mas somente nos últimos anos ganhou visibilidade através das lutas das mulheres escalpeladas para que reduzisse o número de vítimas desse acidente.

A idéia de criar um centro ou uma cooperativa para se inserir no mercado e na sociedade surgiu quando a ex-presidente Maria do Socorro e sua amiga Renilda, ambas as vítimas do escalpelamento estavam decepcionadas com o atendimento hospitalar que haviam recebido, tendo em vista o desrespeito e a falta de credibilidade devido à busca constante por cirurgias reparadoras, porém não houve apoio por parte das autoridades públicas.

A mulher sempre buscou entender sua posição e mudar. A imagem estigmatizada da mulher vítima do escalpelamento que até então era aceito sofre transformação. De acordo com

⁶ Ver nota anterior

Rosaldo e Lamphere (1979, p.18) “o que uma vez pareceu necessário e natural, começou a aparecer arbitrário e injustificado”, a partir dessa concepção essas mulheres procuram sair do estado, até então ignorado e invisível pela sociedade e buscam construir uma nova história.

Em janeiro de 2007, a partir do contato com uma estudante de psicologia da PUC-Universidade Católica Paulista, que iria realizar um trabalho sobre o escalpelamento é que a idéia ganha força para a concretização, mas houve dificuldade para mobilizar as mulheres que não se viam inseridas em um processo que buscava reconhecimento e garantias de direitos.

A Diretoria naquele momento foi composta por cinco mulheres tinha a sr^a Maria do Socorro Pelaes Damasceno como Presidente e sr^a Maria Trindade Gomes como Vice-Presidente receberam o convite da Presidente do Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA), Sr^a Joaquina Lino para uma Conferência Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres do Município de Macapá.

No contexto em que diversos seguimentos sociais reivindicavam seus direitos, assistiam à Conferência o pequeno grupo de mulheres vítimas do escalpelamento onde a sociedade que estava presente tomou conhecimento como é uma vítima do escalpelamento.

Foi necessária ousadia de uma vítima que se encontrava na Conferência Municipal de Políticas para Mulheres, diante de um tumulto onde os seguimentos sociais estavam descontentes com as propostas. Maria Trindade Gomes, vítima de escalpelamento retira sua peruca em público e choca a população que ali se encontrava expondo a dor e o sofrimento resultado de um acidente provocado pelo contato do cabelo da vítima com o eixo rotativo do motor. A partir dessa atitude as autoridades que ali estavam começaram a conhecer e se sensibilizar a respeito da problemática.

Através da conferencia Municipal de Políticas para as Mulheres, a problemática ganhou visibilidade, onde o estado passou a atuar junto a essas mulheres que necessitavam de assistência, porém não tinham conhecimento de seus direitos como cidadãs.

Com a atuação do Estado, oferecendo apoio e a Secretaria Extraordinária de Políticas para as Mulheres cedendo espaço para que elas pudessem se articular, o problema foi ganhando visibilidade e essas mulheres começaram a obter conhecimento do quanto poderiam alcançar.

A partir da iniciativa dessas mulheres em fortalecer a Associação, as lutas só estavam começando, uma vez que necessitavam convencer as demais vítimas que a união entre elas iria ser benéfica para todas, no entanto a resistência foi inevitável, então um pequeno grupo se mobilizou formando a Diretoria e continuaram as tentativas de encontrar as vítimas que estavam cada uma em seu estado de isolamento.

Mesmo diante das dificuldades, não houve desistência, com o apoio da Secretaria Extraordinária de Políticas para as Mulheres o grupo se articulou e sempre buscou espaço, indo inclusive reivindicar direitos em Brasília, procuraram se articular na cidade de Macapá em um local onde pudesse ser acessível a todas as associadas, o governo do Estado cedeu um espaço com renovação de termo de seção de uso a cada 02 anos, onde atualmente está situado na Rua Beira Rio, nº452 Perpétuo Socorro.

Porém não era apenas um espaço físico que buscavam essas mulheres, direitos que até então desconheciam ou que não viam possibilidade de alcançar, já era visto de outra maneira, a cada reunião, a cada Conferência, mais informações estavam sendo adquiridas, essas mulheres estavam cada vez mais convencidas de que as lutas por direitos e por melhorias da autoestima era uma questão de persistência.

A participação da mulher como agente de transformação da realidade social e cultural segundo Brandão e Bengnermer, (1994, p. 10), “sempre esteve ligada à luta pela cidadania, pela escuta da voz das mulheres, pela busca de espaço para expor seu pensamento ao mundo, pela sua visibilização na esfera doméstica e pública”

Essa condição feminina está presente na luta das mulheres vítimas do escarpelamento, que saíram de seu estado de isolamento social para buscar um processo de reintegração social, tendo de enfrentar o preconceito da sociedade que não conhecia o problema e ainda superar seus limites na busca de espaço para que houvesse aprovação de projetos de Leis que viessem prevenir e combater o escarpelamento.

Diante de um universo de dificuldades, sofrimento, preconceito e dor da perda, as mulheres vítimas de escarpelamento perceberam na união uma grande aliada no enfrentamento de seus problemas, a Associação seria assim um local onde as vítimas poderiam expor suas dificuldades e anseios, lutar contra o preconceito e buscar políticas sociais direcionadas para as vítimas. Em 13 de novembro de 2007, houve a legalização da Associação, com a aprovação do Estatuto, fruto de luta e organização das mulheres vítimas de escarpelamento, já que era necessário criar um órgão capaz de dar amparo as vítimas, o primeiro passo fora dado.

Com a Secretaria de Inclusão e Mobilização Social (SIMS) articulando o contato dessas vítimas nas esferas estadual e municipal, possibilitando a defesa do tema escarpelamento na II Conferencia Nacional de Políticas para as Mulheres em Brasília, no período de 17 a 20 de agosto de 2007, as vítimas puderam expor a problemática em cenário nacional. Posteriormente foram ao Congresso Nacional revelar o descaso ao qual se encontravam, onde novamente a representante do tema escarpelamento do Estado do Amapá Maria Trindade

retira a peruca para chamar a atenção de autoridades e sensibilizar deputados e senadores para que fosse aprovado o projeto de Lei que previne o escalpelamento.

Com a visibilidade do problema houve a aprovação da Lei nº11.970/2009 que obriga a instalação da proteção do eixo, do volante e das partes móveis do motor, protegendo dessa forma, passageiros e a tripulação de riscos de acidentes e a Lei nº. 12.199/10 que institui o Dia Nacional de Combate e Prevenção ao Escalpelamento 28 de Agosto, onde as vítimas com apoio da Marinha, do Bombeiro e da Policia Ambiental, promovem campanhas educativas nas embarcações, nas comunidades ribeirinhas para evitar acidentes nas embarcações.

A presidente esclarece que as vítimas ganharam reconhecimento e visibilidade no cenário local e nacional, mas ainda enfatiza que as autoridades de outros estados são mais sensíveis ao problema. Apenas dois Deputados federais criaram projeto de Lei que trata do escalpelamento: Janete Capiberibe (Lei nº11.970/2009) e Bala Rocha (Lei nº. 12.199/10).

Assim, o movimento de luta serviu para nortear as vítimas, para mostrá-las que são dignas de Direitos, antes de tudo, para devolver a estas o amor pela vida e a razão de viver. Dessa maneira, a criação da Associação permitiu a visibilidade da problemática e o reconhecimento de um espaço no campo dos Direitos Humanos, bem como para informar a Sociedade o que, de fato, é o escalpelamento, visto que as mulheres vítimas são acometidas cotidianamente com os estigmas sociais, na tentativa de erradicar este acidente e lutar por melhoria na qualidade de vida dessas mulheres.

A associação representa um espaço de reconhecimento onde as vítimas buscam amparo umas com as outras, em alguns casos, as vítimas recusam o atendimento psicossocial pelo fato de encontrarem abrigo e força somente entre as amigas da Associação. Para a Presidente, o problema de uma torna-se de todas. O psicólogo não supre todas as necessidades que as vítimas têm, elas necessitam estar uma próxima da outra

6 CONSTRUINDO A HISTÓRIA E TECENDO AS CONQUISTAS

O que se notou, ao longo da pesquisa, é que as mulheres vítimas de escalpelamento estão cada vez mais superando barreiras, seja pela organização, seja pelo reconhecimento. Esta mudança relaciona-se intrinsecamente com a forma como essas mulheres passaram a se perceber no contexto social.

Assim, a forma como elas passaram a atuar na sociedade, mudou demasiadamente suas vidas. No momento em que as vítimas sentiram que não estavam sendo ouvidas, estavam esquecidas, discriminadas e excluídas, eis que surge a idéia de uma Associação capaz de apoiar as vítimas em todas as dimensões. A Associação, dessa maneira, organiza e articula melhorias para as vítimas de escarpelamento, luta por uma vida digna (desprovida de preconceitos), impulsiona essas mulheres.

Agora, as vítimas de escarpelamento atuam como Agentes Políticos expondo os problemas, reivindicando melhorias e soluções para as dificuldades encontradas. Nesse sentido, vale ressaltar também a participação das vítimas no cenário político nas Conferências Municipal, Estadual e Nacional de Políticas para Mulheres.

[...] A gente faz parte de uma história, a gente se tornou conhecida, nós temos direitos garantidos para estarmos em Brasília [...] (Rosinete, Presidente da Associação)

É, portanto, através desta atuação que as mulheres vítimas de escarpelamento vão marcando sua presença, atuação essa, já rendendo muitos frutos.

Segundo a Presidente Sra. Rosinete, uma conquista primordial que a Associação obteve foi o curso de confecção de perucas naturais promovido pelo Estado no mês de Julho de 2009, através da Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo, que contribuiu grandemente para a recuperação da autoestima e a subjetividade feminina das mulheres vítimas. Porém é necessária a doação de cabelo por parte da sociedade civil para que as perucas sejam confeccionadas, a Associação está de portas abertas para receber as doações.

[...] A confecção de peruca foi o maior presente que o nosso Estado poderia nos dar [...] (Rosinete, Presidente da Associação).

[...] Posso pentear o cabelo novamente [...] (Maria do Socorro, ex Presidente da Associação).

Outra conquista importante refere-se às aprovações da Lei nº. 11.970/2009 que trata da obrigatoriedade da instalação da proteção do eixo e a Lei nº.12.199/10 que institui o Dia Nacional de combate e prevenção ao escarpelamento 28 de agosto. Para as vítimas, essas Leis foram cruciais na trajetória de luta da Associação, já que a primeira é fundamental para aumentar a segurança das embarcações nas regiões ribeirinhas e a segunda estabelece o *Dia em combate ao escarpelamento*, data essa marcada pelas campanhas educativas e preventivas,

dando visibilidade à problemática em questão a fim de informar, sensibilizar e evitar este acidente.

Nessas campanhas, é doada a proteção de eixo patrocinada pela Eletronorte, Marinha, Banco do Brasil e Governo Federal e a Associação ministra palestras nas comunidades ribeirinhas explicando a importância da proteção e como adquirir essa ferramenta. Decorrentes das duas Leis, foram instaladas 1.050 proteções em barcos nas cidades de Macapá e Santana, no Arquipélago do Bailique e em Laranjal do Jari⁷. Várias Campanhas foram feitas, com isso parcerias foram firmadas, no mês de março de 2010, foi lançada a Campanha de prevenção ao Escalpelamento Nacionalmente. No dia 26 de abril foi lançada no Estado do Amapá organizada pela Capitania dos Portos de Santana e Marinha do Brasil. Nesta ocasião, houve um evento que divulgou as Campanhas preventivas a fim de sensibilizar novos parceiros para que outras Campanhas ocorram, as vítimas participaram com danças e desfiles.

Observou-se na pesquisa de campo que as campanhas têm surtido efeitos, muitos sabem o que é o escalpelamento, estão sensíveis a esta problemática que mutila muitas pessoas. No entanto, percebe-se que houve sensibilização por parte dos ribeirinhos em relação à proteção do eixo do motor, mas ainda possui muitos donos de embarcações possuem a proteção de madeira o que não resolve o problema pelo fato de não apresentar a segurança necessária. Maria do Socorro lembra que sobrou proteção nas campanhas educativas.

[...] eles estão mais sensíveis, mas ainda são omissos, porque informação tem. Sobrou material! [...]

A contribuição do empresariado no processo de inclusão torna-se importante a partir do momento que este propicia a possibilidade de mudança e ascensão social, nesse contexto a Faculdade Atual ofertou duas vagas para associadas e o colégio Equipe pré-vestibular também doou três bolsas de estudo (curso preparatório para o vestibular) para as associadas e, atualmente, outras Faculdades se mostraram sensíveis como a Faculdade Brasil Norte (FABRAN) e Instituto Macapaense de Ensino Superior (IMMES) que estão à disposição das vítimas disponibilizando bolsas.

A Secretaria Extraordinária de Políticas para Mulheres (SEPM) encaminhou “Projeto de Formação e Qualificação de Mulheres Vítimas de Escalpelamento” à Secretaria Especial

⁷Dados coletados no site <http://jornaldaparaiba.com.br/blog/conscienciaagora/post/11604-a-triste-historia-das-mulheres-escalpeladas-da-amazonia,o-drama-das-mulheres-escalpeladas>
Por Janete Capiberibe (PSB-AP)

de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, o projeto teve aprovação e a verba foi liberada no valor de R\$ 115.000,00 que foi depositado na conta da Agência de Desenvolvimento do Amapá (ADAP), sendo que o curso iniciou em maio de 2010.

O Governo do Estado do Amapá, através da Secretaria de Inclusão e Mobilização Social - SIMS no ano de 2008, assumiu responsabilidades para com as vítimas sendo estas: Atendimento psicológico emergencial e permanente às vítimas, acompanhamento de Assistente Social, inclusão no Programa de Assistência, além de uma comissão para analisar, estudar e acompanhar os casos de escarpelamento.

Não podemos deixar de mencionar a conquista das vítimas no que tange ao direito de uma Indenização por acidente marítimo (Instituto de Resseguros do Brasil - IRB), para inibir fraudes o valor é pago pela Defensoria Pública da União diretamente às vítimas depois do laudo pericial, esse direito é concedido desde abril de 2009.

O estudo proposto partiu da necessidade de investigar de que forma a Associação resultou na melhoria da qualidade de vida das mulheres vítimas de Escarpelamento, o que verificou-se, através de análise de campo, é que a Associação assume um papel crucial para autonomia política dessas mulheres, as vítimas desconheciam seus direitos. Agora, passam a articular seus espaços.

Nesse sentido, a Associação parte do objetivo de ampliar suas discussões, conhecer melhor a realidade de cada associada e suas necessidades, além, é claro, de informar a sociedade sobre o escarpelamento na tentativa de erradicar o problema e buscar melhores condições de vida para as vítimas.

O que ficou evidente, no decorrer do estudo, é o laço de solidariedade que une essas mulheres, a Associação serve também como espaço de diálogo, desabafo e amizade.

[...] A gente costuma dizer que é psicóloga uma da outra (...) mexeu com uma, mexeu com todas [...] (Rosinete, Presidente da Associação).

Segundo a Sra. Maria do Socorro, a Associação ajuda também em suas recaídas de depressão na medida em que lá encontra forças para falar de suas dores e marcas para as outras vítimas de escarpelamento. É como se houvesse um encontro de identidades, a dor de uma passa ser de todas (o encontrar-se no outro).

Tendo em vista o duro cotidiano dessas mulheres, é reservado um dia muito especial, no dia 25 de cada mês ocorre uma reunião onde as associadas se encontram para um momento de lazer, descontração, diálogo, discussões de problemas. Nesta ocasião, essas mulheres

interagem entre si com danças, dinâmicas, lanche. São oferecidos alguns serviços, como limpeza de pele, corte de cabelo. As associadas contam com o apoio do Salão do Carioca, que orienta como cuidar das perucas, faz a maquiagem quando ocorrem eventos e realiza cortes em voluntários que doam cabelos.

Sem dúvida nenhuma a Associação assumiu um papel importante para o reconhecimento das vítimas de escalpelamento no cenário local e nacional, bem como para obtenção de conquistas, a partir do momento em que as vítimas passaram a se perceber enquanto cidadãs de direitos, sentiram que era necessário lutar, como lembra Maria do Socorro “Chega de sofrer!”. O caminho percorrido foi duro, as vítimas passaram por muitas dificuldades e até aqui conseguiram várias conquistas, mas a luta continua.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dessa maneira, podemos confirmar às seguintes hipóteses: 1^a) A luta das mulheres vítimas de escalpelamento assumiu um papel crucial para a visibilidade do escalpelamento e suas consequências, 2^a) houve iniciativa governamental no sentido de buscar medidas para a erradicação do escalpelamento (leis acima mencionadas), e 3^a) a Associação além de procurar formas para melhorar a vidas das mulheres escalpeladas, contribui também como espaço em que elas expõem suas dores. Ela é fruto de um processo que marcou definitivamente a vida das vítimas e que tem um peso pessoal muito forte que percebemos em campo. Como afirma Maria do Socorro ao falar sobre a importância da Associação na sua vida.

[...] Nossa! Eu não sabia que existia essa mulher dentro de mim [...]

No entanto, ainda tomando as hipóteses como linha de análise, os depoimentos nos levantaram algumas reflexões fundamentais. Como o fato de que, apesar de haver consciência por parte dos donos das embarcações em relação à proteção do motor e eixo, eles permanecem com a idéia construída culturalmente de que a proteção de madeira apresenta condições suficientes de segurança. Em depoimentos, alguns enfatizam dizendo que sabem que existe uma Associação que combate o Escalpelamento, conhecem a luta, mas não mudaram sua postura. Como preconiza Maria do Socorro no corpo do trabalho, afirmando que sobrou material (proteção) nas campanhas educativas. Inclusive, em campo quando

conversávamos com a filha de um dono de embarcação que não se encontrava naquele momento, ela nos disse que tinha ocorrido escalpelamento com a sobrinha do dono daquela embarcação, quando perguntada como era a proteção do eixo, ela nos permitiu que entrássemos para visualizar o que mais uma vez se constatou: sem proteção adequada. É notável que a luta das vítimas provocou conhecimento e visibilidade da problemática Escalpelamento, mas ainda assim, muitos ribeirinhos se mostram resistentes. As mulheres vítimas enfatizam que há informação já que trabalham arduamente na divulgação no sentido de erradicar o escalpelamento, contudo, ainda esbarram nesse problema.

A Associação ainda luta por medidas governamentais de proteção direcionadas às vítimas, isto é, o auxílio doença e a aposentadoria por invalidez no âmbito da Previdência, tendo em vista que já existe avaliação (perícia médica) pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, porém ainda não há uma concretude no sentido de benefícios nessa área, têm-se apenas estudos na identificação e análise estabelecidos pela política assistencial.

Além disso, há um anseio muito grande pelas cirurgias reparadoras que, devido as constantes trocas de gestores, acabou dificultando o andamento das cirurgias. Visto que o Estado precisa se organizar para que sejam feitas as avaliações que estão previstas para o final do mês de novembro de 2011 para posteriormente realizar as cirurgias.

Ainda é importante frisar que o preconceito sofrido pelas vítimas minimizou bastante com a visibilidade do escalpelamento e suas consequências, no entanto ainda é marcante na vida das vítimas, seja no campo social, seja na esfera profissional. Apesar da visibilidade, as mulheres vítimas lidam cotidianamente com os preconceitos, olhares de estranheza e, até sentimento de desconfortos para com elas.

Ao analisarmos a trajetória dessas mulheres, compreendemos que elas passaram a ser conhecidas, suas histórias divulgadas e o escalpelamento ganhou repercussão nacional. Tanto, a ponto de elas afirmarem que são mais respeitadas e reconhecidas fora do Estado.

[...] Somos reconhecidas pelas nossas causas, pelas nossas lutas, mas ainda falta muita coisa [...] (Rosinete, Presidente da Associação).

[...] Somos reconhecidas, mas esperamos que o governo estadual reconhecesse mais [...] (Maria do Socorro, ex Presidente da Associação).

Nesse contexto, é interessante destacar a contribuição da Defensora Pública de Brasília, Luciene Strada, que tem se mostrado incansável na batalha contra o Escalpelamento e na busca por benefícios para as vítimas. “Ela lutou pelas nossas indenizações, benefícios

previdenciários e as cirurgias reparadoras (...) afirmou Rosinete Serrão, presidente da Associação de Mulheres Ribeirinhas e Vítimas de Escalpelamento da Amazônia⁸”

A questão é, portanto, que as mulheres vítimas de escalpelamento adquiriram, a partir da Associação, outros sonhos, novos horizontes e projetos de vida. Abriu-se um novo caminho a percorrer, que antes era totalmente inexistente. Isso pode ser percebido mais de perto quando adentramos no universo da pesquisa em campo que é, sem dúvida, o coração desse artigo. Foram os momentos de profundas conversas, depoimentos e observações que nos permitiram a compreensão da realidade do grupo estudado. Os relatos, olhares, as faces dessas mulheres representam uma história dramática de vida. E, é pelo diálogo, isto é, pelo contato/relação do “eu” com “tu” que estabelecemos uma proximidade com o nosso objeto de estudo. Para Boff (1999, p.139) “O eu somente se constitui mediante a dialogação com o tu (...). Mas o tu não é qualquer coisa indefinida. É concretamente um rosto com olhar e fisionomia”.

Desse modo, o estudo é primordial sobre o ponto de vista científico no campo das Ciências Sociais levando-se em conta que essa área do saber busca compreender as transformações ocorridas na sociedade sob o prisma da vida social e suas implicações. Analisando por esse viés, o estudo torna-se fundamental para mostrar um grave problema que ocorre nos rios da Amazônia e, mais especificamente no Estado do Amapá, mostrando a realidade de uma parte do Brasil que necessita de mais atenção Política e social e, antes de tudo, uma parcela da sociedade que sofre com as desigualdades sociais e carências de Políticas públicas. Daí decorre a motivação dessas mulheres na luta por melhores condições de vida e superação de mazelas que assolam a região ribeirinha.

Partindo dessa idéia, o artigo traz questões importantes como a representação social do corpo (aparência), estigmas sociais (preconceito e exclusão) e movimento de luta de mulheres com o intuito de alavancar a discussão sobre o escalpelamento e, sobretudo, mostrar a história de luta que traçam essas mulheres e, de repente, despertar o interesse de novos autores para a problemática em questão tendo em vista que esse é um tema pouco explorado no meio acadêmico e científico por isso ocorreu dificuldades relativas às referências que, no entanto não comprometem a qualidade e fidelidade dessa análise.

⁸ Relato disponibilizado no site <http://amapanocongresso.blogspot.com/2011/09/defensoria-publica-da-uniao-mostra.html>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do estudo realizado com as mulheres vítimas de escarpelamento na Associação das Mulheres Ribeirinhas e Vítimas de Escarpelamento da Amazônia (AMRVEA), chegamos à conclusão de que a partir da criação da Associação surgiram debates e iniciativas organizacionais até então não vivenciadas o que refletiu em benefícios para as vítimas, como o reconhecimento e a visibilidade do problema escarpelamento.

Em outras palavras, as mulheres vítimas de Escarpelamento saíram de seu estado de abandono, esquecimento e isolamento para conquistar mais espaços e oportunidades, mais precisamente, para lutarem por uma vida melhor.

Foi diante de muita luta e passando por dificuldades que a Associação adquiriu corpo e estrutura. Hoje AMRVEA conta com 117 membros (110 mulheres e 07 homens), sendo que até a sua legalização ela contava com apenas 05 associadas. Isso demonstra o esforço e a garra dessas mulheres que, vendo os problemas que enfrentavam, disseram chega!

[...] Minha colega ia chorando na bicicleta na Avenida Fab e eu disse: pára de chorar, Renilda, bora montar um negócio, bora parar de sofrer, parece que minha cabeça clareou esse dia, pára de chorar, Renilda, bora montar um centro, uma cooperativa, mas como a gente vai montar? A gente não conhece nada da lei, não conhece nada, nós somos analfabeta, que ela não é né, mas ela se julga que ela é. Aquela idéia ficou na minha cabeça, procurei a Assembléia e ninguém me ajudou, até hoje Deputados estaduais nunca apoiaram a gente, quem ainda veio apoiar foi a Janete e o Bala, essa idéia ficou [...] (Maria do Socorro, ex Presidente da Associação).

Através dessa iniciativa, as mulheres alcançaram uma conquista imprescindível que foi a criação da AMRVEA e o reflexo disto pode ser observado no modo de vida das vítimas, nas relações sociais estabelecidas a partir da Associação, na compreensão de seus papéis, no processo de organização social e política.

É aí que se percebe de que forma a Associação contribui para qualidade de vida das mulheres vítimas de escarpelamento, uma vez que motiva, alimenta a esperança e socorre o ego dessas mulheres.

[...] Só o fato de ver as meninas aqui é como se eu me alimentasse pra semana [...] (Rosinete, Presidente da Associação)

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Gustavo. **Defensoria Pública da União mostra resultados do projeto de erradicação do escarpelamento.** Disponível em <http://amapanocongresso.blogspot.com/2011/09/defensoria-publica-da-uniao-mostra.html> Acesso em: 05 Nov 2011

BARROS, Carla Sabrina Pereira. CAVALCANTE, Elizabeth Pinto. GONÇALVES, Queila dos Santos. Mulheres vítimas de escarpelamento: uma história de lutas e organização no município de Macapá. Trabalho de Conclusão de Curso, graduação em Serviço Social- Faculdade IMMES Macapá, 2010.

BOFF, Leonardo. “Todos os pecados sociais antiecológicos: a Amazônia”. **Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres.** São Paulo: Ática, 1999.

BRANDÃO, Margarida Luiza Ribeiro. BENGHERMER, Maria Clara L. (orgs.). **Mulher e Relações de Gênero**, 1994. Edições Loyola.

BRASIL. 2009. **Lei Federal nº 11.970, de 6 de julho de 2009. Altera a Lei n. 9.537, de 11 de dezembro de 1997, para tornar obrigatório o uso de proteção no motor, eixo e partes móveis das embarcações.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11970.htm. Acesso em: 08 Ago 2011.

CAPIBERIBE, Janete. O drama das mulheres escarpeladas. **Jornal da Paraíba Online.** João Pessoa (PB), 2011. Disponível em: http://jornaldaparaiba.com.br/blog/conscienciaagora/post/11604_a-triste-historia-das-mulheres-escarpeladas-da-amazonia. Acesso em: 20 Ago 2011.

ESBERCI, Sizan. **Lei Janete contribui para prevenir a ocorrência de acidentes.** Disponível em <http://www.correaneto.com.br/site/?p=12915> Acesso em: 15 out 2011

GOFFMAN, Erving. **Estigma: nota sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4 ed. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1988.

MARTINS, Maria. **Geografia dos Transportes: Trajetos e Conflitos nos Percursos Fluviais da Amazônia Paraense: Um Estudo Sobre Acidentes em Embarcações.** Disponível em: <http://logisticatotal.com.br/files/monographs/94e092924a778d559845a54f9c287235.pdf> Acesso em: 31 Out 2011.

O Porta Voz. Boletim do mandato da Deputada Federal Janete Capiberibe (PSB/AP)

RIBEIRO, Natalia. **Necessidade e dilemas das famílias das vítimas de escarpelamento atendidas na Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará: Desafios para o Serviço Social.** Trabalho de Conclusão de Curso, graduação em Serviço Social- UFPA, Belém, 2009.

SILVA, Claudio (apud RODRIGUES, Nívea 2007). Mulheres da Amazônia são vítimas de escarpelamentos. Disponível em: <http://portalamazonia.globo.com/new-structure/view/scripts/noticias/noticia.php?id=52037> Acesso em: 22 Out 2011.

ROSALDO, Michelle Zimbalist. LAMPHERE, Louise (orgs.). Anker, Cila. Gorenstein, Rachel (trad.). **A Mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SECO, Rodrigo. NEVES, Flávia. **Os Estereótipos da beleza feminina**. Revista Mulher. São Paulo, 2001. Ed.Abril.

VOLTOLINI. Ricardo. **O que temos a ver com as meninas de turbante da Amazônia?** Disponível em: <http://www.focvm.com/03/infocvs.asp>. Acesso em 20 Set 2011.

ANEXOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA AS LIDERANÇAS DA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES RIBEIRINHAS E VÍTIMAS DE ESCALPELAMENTO DA AMAZÔNIA (AMRVEA) NO ESTADO DO AMAPÁ

1. Quantas mulheres vítimas do escalpelamento estão associadas?
2. Quais as principais conquistas obtidas pelas mulheres vítimas do escalpelamento?
3. Quais as instituições/órgãos que firmaram parcerias com a Associação?
4. Que tipo de serviço a Associação oferece as vítimas? (psicológico, cirurgias, doação de cabelos)
5. A Capitania dos Portos tem formado parceria com a Associação para a fiscalização de embarcações e efetivação de campanhas educativas?
6. De que forma ocorrem as campanhas?
7. Quais as principais dificuldades encontradas para o funcionamento da Associação?
8. Os meios de comunicação têm contribuído com as divulgações das campanhas? De que forma?
9. Houve efetivação de Políticas Públicas voltadas para o as mulheres vítimas de escalpelamento?
10. Como você analisa o percurso histórico de luta das mulheres vítimas de escalpelamento?
11. Como você avalia a atual percepção da sociedade civil a cerca do escalpelamento?
12. Você acredita que a visibilidade do problema do escalpelamento minimizou o preconceito sofrido pelas vítimas?

LEI Nº 11.970, DE 6 DE JULHO DE 2009.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, para tornar obrigatório o uso de proteção no motor, eixo e partes móveis das embarcações, de forma a proteger os passageiros e tripulações do risco de acidentes.

Art. 2º A Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 4º-A:

“Art. 4º-A. Sem prejuízo das normas adicionais expedidas pela autoridade marítima, é obrigatório o uso de proteção no motor, eixo e quaisquer outras partes móveis das embarcações que possam promover riscos à integridade física dos passageiros e da tripulação.

§ 1º O tráfego de embarcação sem o cumprimento do disposto no caput deste artigo sujeita o infrator às medidas administrativas previstas nos incisos I e II do caput do art. 16, bem como às penalidades previstas no art. 25, desta Lei.

§ 2º Em caso de reincidência, a penalidade de multa será multiplicada por 3 (três), além de ser apreendida a embarcação e cancelado o certificado de habilitação.

§ 3º A aplicação das medidas administrativas e das penalidades previstas neste artigo não exime o infrator da devida responsabilização nas esferas cível e criminal.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos 30 (trinta) dias da data de sua publicação.

Brasília, 6 de julho de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA

Nelson Jobim

Lei 12.199/10...

Institui o Dia Nacional de Combate e Prevenção ao Escalpelamento.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional de Combate e Prevenção ao Escalpelamento, a ser comemorado anualmente no dia 28 de agosto.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de janeiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

José Gomes Temporão

(Fotografias doadas pela presidência da Associação das Mulheres Ribeirinhas e Vítimas de Escalpelamento da Amazônia- AMRVEA, Sra. Rosinete Serrão)

Dia 28 de agosto: Caminhada em Combate ao Escalpelamento





Mulheres vítimas de escarpelamento dançando em frente ao Rio Amazonas.



Caminhada em anos anteriores com a então Secretária de Políticas para as Mulheres,
Ester de Paula.





Vítima de escarpelamento, Maria Trindade em Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.



Vítima de Escalpelamento com ex Vice-Presidente José de Alencar



Vítimas de escarpelamento em desfile no Macapá Shopping



Momentos de descontração na Associação.







Mulheres vítimas em momento de Limpeza facial



Voluntários em doações de cabelo





Presidente da Associação, Rosinete Serrão em seu primeiro dia no salão.



Curso de Qualificação (corte e costura)





Entrega de certificados em Curso de Qualificação



Associadas em Formatura de Ensino Superior



Mulheres vítimas de escarpelamento em campanhas educativas em parceria com a Marinha e outros Órgãos Governamentais.



Material doado em campanhas educativas para proteção do eixo do motor





Instalação da proteção do eixo do motor nas embarcações





